

A PERCEPÇÃO DO COTIDIANO DA AGRICULTURA FAMILIAR 30 ANOS APÓS DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO PELA BARRAGEM DE ÍTAPARICA

THE PERCEPTION OF DAILY LIFE IN FAMILY FARMING 30 YEARS AFTER THE COMPULSORY
DISPLACEMENT OF THE ÍTAPARICA DAM

LA PERCEPCIÓN DE LA VIDA COTIDIANA EN LA AGRICULTURA FAMILIAR 30 AÑOS DESPUÉS DEL
DESPLAZAMIENTO FORZOSO POR LA PRESA DE ÍTAPARICA

Ivo Thadeu Lira Mendonça¹ 

Horasa Maria Lima da Silva Andrade² 

Ana Maria Dubeux Gervais³ 

Luciano Pires Andrade⁴ 

Submissão: 26/05/2022 / Aceito: 01/11/2022 / Publicado: 30/01/2023.

RESUMO

Considerando que a percepção e interesses de comunidades compulsoriamente deslocadas orientam a adaptação aos programas de compensação aplicados, procuramos descrever a percepção atual da população impactada em Petrolândia/PE, pela barragem hidroelétrica de Itaparica, a fim de problematizar os fatos vivenciados pela agricultura familiar, sua repactuação da reprodução e troca de saberes. As percepções foram captadas em momentos participativos com a comunidade, por meio da identificação dos atingidos sobre os impactos e os reflexos decorrentes do deslocamento, programa de compensação e reorganização socioeconômica. Três décadas depois, os atingidos julgam que houve melhoria na qualidade de vida, mesmo com mudanças no modelo produtivo da família, onde as ações compensatórias permitiram a permanência do cotidiano familiar no território. O reconhecimento por atingidos dar-se pela migração do território original, que é amenizada com a construção e adaptação de saberes empíricos no novo território. A adequação ao novo cotidiano parte da valorização e utilização dos saberes-fazeres tradicionais, a partir da manutenção da relação família-terra-trabalho. A piscicultura praticada como compensação contextualizada acomoda o cotidiano, fomentando vínculos de produção, aproveitamento e consumo de pescados, mitigando as persistentes cicatrizes do deslocamento.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Impactos socioeconômicos. Piscicultura. Programa Reassentamento Itaparica. Ruptura cultural.

¹Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), Petrolândia/PE. E-mail: ivo.mendonca@ufrpe.com.

²Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFape), Garanhuns/PE. E-mail: horasa.andrade@ufape.edu.br.

³ Doutora em Sociologia. Universidade Federal de Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife/PE. E-mail: anadubeux66@gmail.com.

⁴ Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFape), Garanhuns/PE. E-mail: luciano.andrade@ufape.edu.br.



ABSTRACT

Considering that the perception and interests of compulsorily displaced communities guide the adaptation to the compensation programs applied, the current perception of the impacted population in Petrolândia/PE, by Itaparica hydroelectric dam, is investigated, in order to problematize the facts experienced by family farming, its new daily life, and exchange of knowledge. The perceptions were captured in participatory moments with the community, through the identification of the impacts and reflexes resulting from the displacement of those affected, compensation programs, and socioeconomic reorganization. Three decades later, those affected believe that there was an improvement in the life quality, even with changes in the family's productive model, where compensatory actions allowed the permanence of the family's daily life in the territory. Recognition for those affected occurs through migration from the original territory, which is mitigated with the construction and adaptation of empirical knowledge in the new territory. The adaptation to the new daily life is based on the valorization and utilization of traditional knowledge, starting from the maintenance of the family-land-work relationship. Fish farming practiced as a contextualized compensation accommodates the daily life, enabling links of production, profit, and consumption of fish, reducing the persistent adversities of displacement.

Keywords: Cultural rupture. Family agricultura. Itaparica Resettlement Program. Pisciculture. Socioeconomic impacts.

RESUMEN

Considerando que la percepción e intereses de las comunidades desplazadas forzosamente orientan la adecuación a los programas de compensación aplicados, buscamos describir la percepción actual de la población impactada en Petrolândia/PE, por la presa hidroeléctrica de Itaparica, con el fin de problematizar los hechos vividos por la agricultura familiar, su renegociación de la reproducción y el intercambio de saberes. Las percepciones fueron captadas en momentos participativos con la comunidad, a través de la identificación de los afectados sobre los impactos y reflejos derivados del desplazamiento, programa de compensación y reordenamiento socioeconómico. Tres décadas después, los afectados creen que hubo una mejora en la calidad de vida, incluso con cambios en el modelo productivo familiar, donde acciones compensatorias permitieron la permanencia de la vida cotidiana de la familia en el territorio. El reconocimiento de los afectados se da a través de la migración desde el territorio de origen, que se mitiga con la construcción y adaptación del conocimiento empírico en el nuevo territorio. La adaptación a la nueva vida cotidiana comienza con la valorización y la utilización de los conocimientos tradicionales, basados en el mantenimiento de la relación familia-tierra-trabajo. La piscicultura practicada como compensación contextualizada acomoda la vida cotidiana, fomentando vínculos de producción, uso y consumo de pescado, mitigando las cicatrices persistentes del desplazamiento.

Palabras clave: Agricultura familiar. Impactos socioeconómicos. Piscicultura. Programa de Reasentamiento de Itaparica. Ruptura cultural.

INTRODUÇÃO

A região de Itaparica, no Sertão de Pernambuco, é conhecida pelo pequeno contingente populacional dito pelo índice de densidade estimado em 14 hab/km² que é cerca de 59% da média nacional, bem como majoritariamente, está classificada como socialmente vulnerável, assim entendida por possuir parcela de 42% da população com renda familiar média mensal abaixo de



R\$ 170,00 per capta, com foco econômico na agropecuária de base familiar (CONDEPE/FIDEM, 2021).

Estes critérios associados formam um ambiente entendido como passível da instalação de grandes empreendimentos, pois o Estado, movido sob mecanismos do mercado financeiro e crescimento econômico, entende que dispensará baixos custos em intervenções compensatórias ao público, visto como esparso e carente, e que estas medidas poderão aproximá-los do regime canônico de desenvolvimento humano (HANNA et al., 2016).

Entretanto, para Acosta (2016) o desenvolvimento em populações tradicionais e socioculturalmente diversas, como no caso dos agricultores familiares sertanejos, provém das forças produtivas endógenas, incluindo capacidades humanas e recursos produtivos locais, e os correspondentes controles da acumulação e centralização dos padrões de consumo. Esse cotidiano ocupacional exhibe-se pelo mínimo uso do meio para o suprimento das necessidades da comunidade, devido a noção de exploração está correlata ao suporte do agroecossistema.

O entendimento de que o modelo tradicional de ocupação do espaço é condicionante à seleção de locais para implantação de megaprojetos assegura o avanço da sociedade hegemônica sobre comunidades rurais, o que é tido como uma adversidade da agenda do desenvolvimento (CERNEA, 2003).

Em decorrência, a região teve o cotidiano tradicional repactuado pela instalação da Barragem Hidroelétrica de Luiz Gonzaga (UHE Itaparica) no rio São Francisco – município de Petrolândia/PE, na década de 1980, culminando com o deslocamento compulsório da população do território em 1988. (SCOTT, 2009). A implantação de megaprojetos exige intervenções compensatórias, que são dadas por políticas, programas e ações, que oferecem bens, serviços e oportunidades, atendendo as demandas e reduzindo os danos à sociedade impactada pelo interesse público ou privado (MADEIRA, 2014).

Nesse sentido, os agricultores e agricultoras foram contemplados com programa de compensação, quando foram relocados para áreas distantes do rio, em moldes urbanizados, com lavouras irrigadas e aglutinadas em solos de baixa fertilidade mediante manejo convencional (LIMA, 2007). Anteriormente ao alagamento, o público local, chamado de “atingidos por barragens”, trabalhava em áreas de várzea marcadas pela baixa ocupação de terras, com exploração agrícola para abastecimento comunitário e pecuária extensiva sob técnicas rudimentares de manejo (SCOTT, 2009).



O deslocamento compulsório estabelece estranhamento, desenraizamento e reorganização do território devido a ineficiência ou incompatibilidade das práticas herdadas, obrigando aos relocados a ressignificar seus saberes e costumes, modificando ou inserindo conceitos, sejam eles endógenos ou exógenos, para adaptarem-se a nova reprodução (LIMA, 2007). E, uma vez com os saberes-fazeres ressignificados, fomenta-se o restabelecimento da resiliência mediante manifestações participativas, convergindo os interesses e as estratégias das ações em favor da comunidade (MADEIRA, 2014).

Partindo-se da concepção de que a relação do processo produtivo está intrinsecamente atrelada ao reconhecimento de sua própria experiência, faz-se necessária a reflexão sobre a percepção do deslocamento vivenciado pelos agricultores e agricultoras familiares. Deve-se aos motivos de que a percepção e interesses da comunidade orientam a adaptação e resultados dos programas e ações aplicados, dadas pela imagem da realidade social que presenciam e reproduzem (MADEIRA, 2014).

Espera-se que os programas de compensação permitam a reprodução da população produtiva, social, cultural, tradicional e ambientalmente impactada mediante a percepção e adaptação pelos atingidos. A isto, o estudo visa elencar a percepção e as estratégias de repactuação dos agricultores e agricultoras familiares atingidos pela barragem de Itaparica/PE, acerca das condições sobre as quais foram expostos em decorrência do deslocamento compulsório, 30 anos após o ocorrido.

São analisados a integração com o meio, a problematização dos fatos vivenciados na atividade da agricultura familiar, os critérios de compensação aplicados após o deslocamento compulsório, a repactuação de sua reprodução e troca de saberes-fazeres, bem como o sentimento que pauta a distinção entre os momentos anterior e posterior ao deslocamento.

CAPTAÇÃO DE SENTIMENTOS DOS ATINGIDOS

As percepções sobre o cotidiano vivenciado dos atingidos foram captadas em momentos de diálogo presencial na residência de cada um dos entrevistados, junto aos munícipes de Petrolândia/PE. Foram aplicados 16 questionários semiestruturados no período compreendido entre abril e novembro de 2021. Cada questionário durava cerca de 10 minutos, observando a inexistência de orientação aos atores.

O questionário abordou 12 questões, permitindo respostas abertas com a livre expressão dos entrevistados. Foram pautados, aspectos sensíveis do cotidiano territorial, tanto anterior,



quanto posteriormente ao alagamento do território. Os dados representaram o entendimento dos participantes sobre a forma e condições de ocupação das áreas de produção, leitura atual dos impactos sofridos, padrão e respostas das ações compensatórias oferecidas durante o deslocamento compulsório e adaptação sobre o cotidiano imposto.

Foram questionados indivíduos selecionados ao acaso advindos de todas as localidades do município, com ampla faixa etária, submetidos ao contato direto ou indireto com o deslocamento compulsório oriundo da barragem de Itaparica, que desenvolvam atividades produtivas e diferentes graus de relacionamento associativos junto à comunidade, fatores estes que trazem a maior pluralidade possível sobre os aspectos aqui levantados. Tais procedimentos foram avaliados e aceitos por comitê de ética em pesquisa registrado no CAAE n° 40036420.9.0000.9547.

A abrangência dos questionários teve participação, sobre o espectro sociocultural de agricultores familiares, produtores rurais, piscicultores, pescadores, povo indígena Pankararu, assentados rurais e empregados formais. No contexto sociopolítico abrangeu produtores individuais, membros de associações e cooperativa, participantes de conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável, e integrantes do Poder Público existentes na área de estudo.

As respostas decorrentes do questionário foram registradas em áudio e, posteriormente, transcritas e interpretadas a partir de categorias comuns e discrepantes trazidas na oralidade dos entrevistados para viabilizar as perspectivas do público sobre os reflexos decorrentes do programa de compensação, a organização socioeconômica e a percepção sobre o cotidiano.

O QUE PENSA O PÚBLICO ATINGIDO SOBRE O COTIDIANO ATUAL?

É necessário descrever o público que foi submetido às mazelas causadas pelo barramento do rio e conseqüente deslocamento compulsório, que repactuou a ocupação habitacional e produtiva, bem como as ações compensatórias implementadas, as quais são mal planejadas e retardam a possibilidade de retomada ao cotidiano habitual familiar pré-intervenção.

É conveniente ressaltar que as descrições da área de intervenção trazidas pelos relatórios de impactos previstos apresentam abordagem superficial sobre o meio social dos atingidos, podendo ainda suprimir informações relevantes sobre o território, o cotidiano e a cidadania, relegando o zoneamento e valorização cultural da população, o que resulta na ineficácia das ações de mitigação (HANNA et al., 2016).

O cotidiano prevalente, suas angústias e as decisões tomadas, que os trazem pelo período dos últimos 30 anos, em que convivem com a barragem de Itaparica, além de sua percepção sobre

a repactuação de meios de vida e convivência, imersos sob a condição imposta, são subjugados sobre meios compensatórios convencionais impostos. Deve-se a uma invisibilidade socioeconômica instituída pela sociedade moderna, o que responde em deficiências sociais e econômicas intrínsecas. Contudo, a identificação destas questões pelos atingidos pode reverter as deficiências e reaproximar o cotidiano social com a reprodução produtiva, propiciando uma melhor qualidade de vida no território.

Três décadas após o deslocamento, é visto entre os participantes da pesquisa uma proporção semelhante sobre as questões percebidas pelos reassentados, em que cerca de dois terços dos entrevistados julgam que houve melhoria na qualidade de vida, dada pela condição socioeconômica da família. Eles avaliam que as maiores rupturas no modo de vida foram centradas no modelo produtivo da família e alegam que as condições ofertadas como ações compensatórias ao deslocamento permitiram a persistência do cotidiano familiar no território (Figura 1).

Figura 1 – Frequência relativa sobre a percepção dos atingidos aos impactos socioeconômicos (A), meio de vida (B) e persistência do cotidiano (C) causados pelo deslocamento compulsório da população atingida pela barragem de Itaparica em Petrolândia, Pernambuco.



Fonte: Elaborada pelo autor - Resultados da pesquisa (2022).

A adoção de estrutura habitacional urbanizada causa impactos socioeconômicos positivos para a comunidade devido à aproximação de serviços públicos de abastecimento, saneamento, energia elétrica, educação e saúde. A oferta dos serviços pelos centros urbanizados é entendida como benéfica, no entanto, as condições originais de habitação oferecem maior bem-estar familiar pela existência de relações afetivas com o local (RANDELL, 2016).

Os atingidos valorizam a distribuição de glebas no reassentamento que permitiu socializar o acesso à terra, principalmente, pelos agricultores e agricultoras antes limitados a relações de parceria e meação com outros produtores detentores de recursos. Anteriormente, os atingidos não possuíam espaço próprio, e agora o dispõem com infraestrutura de produção instalada.

Esta valorização também é mencionada por Leturcq (2016), explicada pela participação do espaço produtivo nos fatores família-terra-trabalho da agricultura familiar, entretanto, complementa que o atraso na adoção de ações compensatórias, por parte das Empresas, condiciona os atingidos a aceitar indenizações financeiras, ante medidas de reassentamento, no intuito de maior celeridade na recuperação de sua autonomia produtiva.

Lembram que puderam manter a relação com a atividade agropecuária no novo ambiente, contudo, os critérios de dimensionamento para o reassentamento desconsideravam as atividades e glebas predecessoras, onde são incompatíveis com a área explorada e produção animal executada anteriormente. A incompatibilidade apontada nasce da interpretação e lembrança pelos atingidos do potencial produtivo da região inundada, a qual o novo território não oferece os mesmos recursos resultando em carência afetiva e ineficiência na autonomia da família (PITOMBEIRA CARVALHO; SIEBEN, 2019).

Relatam que o modo de reprodução dos hábitos produtivos e laços sociais foram desfeitos devido a imposição para a alteração dos seus conceitos mediante práticas e orientações dirigidas para a tecnificação e mercantilização de lavouras hegemônicas. Tais práticas resultam em ineficácia da aplicação dos programas de compensação, com conseqüente desperdício de recursos, bem como no ineficiente aproveitamento pelos atingidos das ações realizadas, devido à incongruência dos saberes-fazeres (HANNA et al., 2016).

A situação definiu uma realidade marcada pelo uso excessivo de malha hídrica em lavouras irrigadas, propiciando a saturação e empobrecimento do solo, devido ao desperdício de água, formação de áreas de aluvião e assoreamento das camadas superficiais. Ademais, identifica-se o uso demasiado de insumos agroquímicos, revertendo-se em salinização e acidificação precoce de solos e intoxicação ou envenenamento dos agricultores e agricultoras por defensivos químicos, o que diminui a disponibilidade e sustentabilidade dos recursos ao longo do tempo. Tais situações expõem inconformidades e aspectos negativos do processo produtivo imposto, instituindo a percepção dos impactos socioeconômicos sofridos.

Passaram a produzir de forma isolada, ausente de colaborações recíprocas, o que acarretou no desfazimento de comunhões sociais comunitárias. Perdeu-se o incentivo pela adoção de práticas coordenadas, vendas conjuntas e festividades comemorativas alusivas às épocas de colheita. Comportamentos e costumes que se perderam entre os atingidos são efeitos comuns do deslocamento, relatado em descrição semelhante, os quais podem ser restaurados a partir da



comunhão comunitária, recrudescendo os fatores que fazem da agricultura familiar uma população *sui generis* (ERTZOGUE; BUSQUETS, 2019).

Entretanto, notabilizam a necessidade de maior mão de obra e demanda por serviços agregados, que introduz o emprego de um maior contingente de pessoas e cadeia de valor alocadas no campo com consequente distribuição de recursos gerados pelas lavouras cultivadas. A isto, Sgarbi et al. (2019) discutem que a promoção regional de serviços educacionais e imigração populacional, oriundos de implantação da barragem e programas de compensação, incentivam o emprego técnico na produção agropecuária e processos complementares indiretos como comércio e serviços, quer seja empregos ou subempregos, os quais retiram do campo um contingente expressivo da população local.

As novas relações pessoais e de trabalho impostas retratam as divergências sobre o modelo tradicional, visto na percepção sobre o modo de vida comunitário impactado.

Os atores questionados trazem o entendimento de que, a realocação habitacional, junto a distribuição de glebas irrigadas com fornecimento de uma remuneração de manutenção às famílias atingidas, proporcionou retomar, ao menos em parte, a produção de cultivos agrícolas para a subsistência familiar.

Atkins (2020) corrobora com este entendimento, quando analisa o comportamento da matriz econômica em período após a instalação de barragens, entretanto, Hanna et al. (2016) advoga pela sua desestabilização, uma vez que a retomada da atividade agrícola pelos atingidos em ambientes repactuados ocorre sob má distribuição dos benefícios associados à comunidade e o direcionamento de recursos ao setor de comércio e serviços.

Scott (2009) relata que a distribuição das glebas irrigadas faz parte do resultado das lutas por direitos desenvolvidas no período de construção da barragem, organizadas pelo Pólo Sindical e Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região, os quais definiram o mote 'terra por terra'. Tal vitória é enaltecida pelos atingidos, por representar a conquista de uma árdua passagem em suas histórias de vida, mesmo que as glebas tenham espaço insuficiente para a família (SCOTT, 2009).

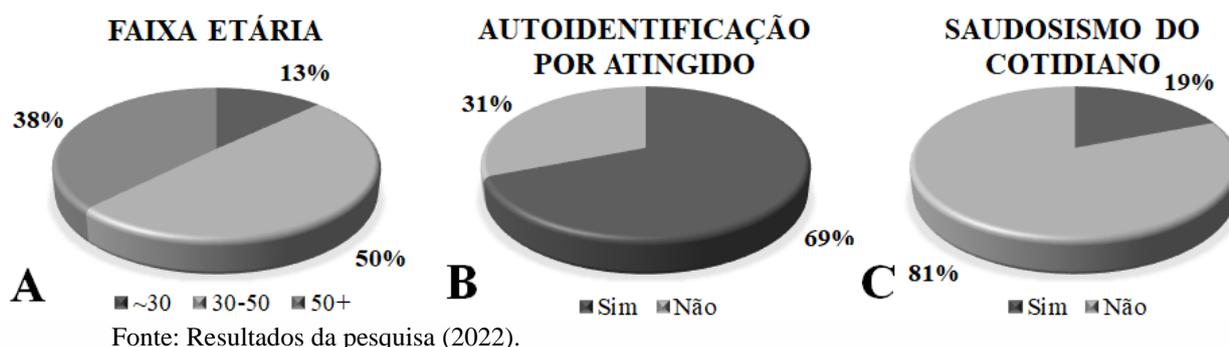
Ertzogue e Busquets (2019) abordam que conquistas gestadas de conflitos por deslocamentos compulsórios são enaltecidas pelos atingidos por representar uma superação do desmantelamento econômico e coesão social infligidos.

Todavia, relatam o descompasso visto entre os momentos de deslocamento compulsório e a aplicação das ações compensatórias, as quais ainda hoje não foram totalmente implementadas devido a indisponibilidade de lotes para reassentados, valores não quitados aos atingidos alvo de

pendências judiciais, termos de propriedade definitiva não entregues e estruturas inacabadas, que motivam a emigração dos atingidos das regiões planejadas a localidades mais propícias a reconstrução de seu cotidiano, mediante acordos de compra, venda ou troca de bens e direitos.

De acordo com os entrevistados, a transformação do ambiente remodelou os hábitos sociais, mas não impediu a persistência do cotidiano comunitário impactado. Dentre os participantes, de diferentes faixas etárias, que vivenciaram o deslocamento compulsório em idade jovem ou adulta, como também os descendentes daqueles reassentados, ao menos dois terços se identificam como atingidos pela interferência antrópica oriunda da construção da barragem, entretanto, atualmente a parcela majoritária da população adaptou-se ao cotidiano repactuado, restando o saudosismo do cenário submerso (Figura 2).

Figura 2 – Frequência relativa sobre a faixa etária (A), a percepção sobre a condição de atingido por barragem (B) e o saudosismo do cotidiano submerso (C) em Petrolândia, Pernambuco.



Hoje, os reassentados diretamente atingidos gozam de benefícios previdenciários, reduzindo sua participação nas atividades de campo, os quais transferiram as responsabilidades pelas atividades agropecuárias aos descendentes, primordialmente, adultos entre 30 e 50 anos. Estes descendentes dirigem a autonomia da família, assumem o gerenciamento produtivo e relações com a comunidade, instituindo a sucessão geracional na gleba. A sucessão familiar da produção é identificada como uma ótima, se não a melhor, alternativa de garantia de bem-estar para os jovens, pois oferece reconhecimento do esforço empenhado e qualidade de vida para a família (KIYOTA; PERONDI; VIEIRA, 2012).

Os entrevistados se autoidentificam como atingidos pelos impactos socioeconômicos e socioambientais ocasionados pela submersão do território, dando espaço ao Lago de Itaparica, quando são compulsoriamente deslocados de seu local de origem. O sentimento é centrado no

discurso de migração forçada do território original, onde deixaram para trás o fator de pertencimento territorial, envolto em concepções ontológicas e endógenas.

Pitombeira Carvalho e Sieben (2019, p. 189) fazem alusão a este sentimento através de uma aproximação ao “apego à terra nativa, suas memórias, as histórias e a sensação de liberdade”, em que o “antigo território adquire status de símbolo, um suporte cultural vivo na memória coletiva, consolidado e evidenciado nas atitudes que vêm movendo o grupo em direção à construção de um novo ciclo”.

Aqueles munícipes que habitavam a região, mas que não foram relocados devido ao território ter sido preservado, em geral, não se reconhecem como atingidos pela barragem, devido a permanência em seu ambiente de origem. Esta interpretação é mantida mesmo quando seus familiares tenham sido afastados das proximidades e os vínculos associativos tenham sido desfeitos. Entretanto, demonstram emoções empáticas aqueles que foram submetidos às adversidades do deslocamento compulsório.

Revelam que o cotidiano atual oferece uma gama de oportunidades e propicia melhor qualidade de vida para a família, amparado na agropecuária regionalizada e diversificada. Essa compreensão é vista na disponibilidade de aquisição a vários produtos locais, bem como acesso facilitado a serviços produtivos, comerciais, administrativos e domésticos, que estimularam a expansão de uma sociedade baseada num perfil metropolitano.

Tais fatores, relacionados em índices calculados para mensuração do desenvolvimento econômico, retratam um aumento no período imediatamente posterior à implantação da obra, dado pela entrada de recursos e incentivos no local, no entanto, o efeito vai perdendo força ao longo do tempo, mostrando-se ineficiente a longo prazo, resultando em insegurança sobre a garantia de condições de reprodução socioeconômica para a população (SGARBI et al., 2019).

Em contrapartida, expõem que o modelo tecnificado de produção e o sistema mercantilizado da sociedade trouxe consigo problemas associados a discriminação social, violência, descaracterização local, improdutividade agrícola, dificuldade na redistribuição dos produtos, falta de recreação e acometimento de doenças.

Tais observações são igualmente mencionadas em outras condições, as quais são identificadas como efeitos adversos diretos ou cumulativos oriundos de rupturas socioeconômicas causadas por deslocamento compulsório de populações (ERTZOGUE; BUSQUETS, 2019; HANNA et al., 2016; PITOMBEIRA CARVALHO; SIEBEN, 2019; RANDELL, 2016). Vemos

os fatores adversos causados pelo deslocamento compulsório em fala destacada de um entrevistado:

[...]. Teve a terra que meu pai ganhou [...]. Ele já morreu, mas eu trabalho no terreno dele hoje. Isso foi uma melhoria naquela época [...]. O pior de tudo é a despesa que está tendo para você produzir hoje, o custo é altíssimo e a gente não tem condições de plantar. [...]. O melhor era a vida antiga. [...]. Todo mundo se ajudava né. [...]. Não tinha a violência que tem hoje. [...]. (Entrevistado nº 10, 2021).

É possível concluir que os atingidos e seus descendentes, que passaram por traumas extremamente negativos, assimilaram e se adaptaram ao novo território. Eles aprenderam a lidar e a conviver com a infraestrutura disponibilizada e a nova organização social. Convergiram, em uma hibridação de modos cotidianos, para a preservação de conceitos herdados junto à utilização de concepções adquiridas.

A hibridação instituiu-se na permanência de relações inerentes da agricultura familiar, economia plurissetorial, organização política, conhecimento empírico e cooperação doméstica juntamente com a exacerbação e ineficiência no uso de recursos disponíveis.

A subjugação, ou até mesmo o entrelaçamento, a modos de vida hegemônicos é uma condição a ser superada para que possamos nos dirigir ao desenvolvimento rural sustentável. Os princípios do modelo mercantilista, mediante a degradação ambiental pela exacerbada e ineficiente exploração no uso de recursos disponíveis e exportação de bens e serviços produzidos no território, são definitivamente insustentáveis (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2011).

Santos (2009) comenta sobre o fenômeno de superação de cotidianos híbridos, tecendo considerações que para o soerguimento de todos os conceitos nativos os atingidos devem: primeiro, reconhecer a desvalorização de seus conhecimentos; segundo, entender que podem sobrescrever seus costumes sobre aqueles artificialmente implantados; terceiro, diferenciar suas crenças inatas daquelas outrora trazidas, para só então buscar meios de superar a imposição procedida.

O mesmo autor afirma que uma ruptura dramática dos hábitos híbridos pode ser desastrosa em suas respostas junto à comunidade, frente a ligeiros desvios metodológicos no cotidiano, os quais seus efeitos cumulativos possibilitam complexas reestruturações socioeconômicas (SANTOS, 2009).

No caminho para a emancipação dos saberes herdados está o fortalecimento das características preservadas, juntamente às ações que possam corroborar com a nítida visualização de insustentabilidade no uso do meio, como é o caso da piscicultura, pois depende intrinsecamente



da conservação do recurso aquático. Naturalmente, o meio aquático apresenta respostas imediatas sobre o desequilíbrio ecossistêmico observado pela mudança na diversidade e eutrofização oriundas do desbalanceamento na disponibilidade de nutrientes dissolvidos e alteração de características físico-químicas no local (TUNDISI; MATSUMURA-TUNDISI, 2008).

Assim a piscicultura torna-se uma hábil ferramenta para aqueles que a tem como atividade produtiva para visualizar a intensidade de exploração do meio em benefício próprio. E, conseqüentemente, auxilia na identificação da sua demasiada e indiscriminada utilização, propiciando discernimento entre os conceitos de agricultura convencional sob o viés mercantilista e reescrevendo sua forma de proveito produtivo com bases mais sustentáveis.

Estas afirmações se amparam em conflitos existentes entre os piscicultores familiares e os usuários das múltiplas finalidades providas pela água represada no Lago. São temas de discussões no Fórum Territorial de Piscicultura:

1. o lançamento de efluentes urbanos não tratados diretamente no rio, onde 95% dos municípios de suas margens o fazem, fazendo com que incorpore os resíduos de 17 milhões de habitantes (MARQUES; WAGNER; MENEZES, 2017);
2. o carreamento de resíduos agroquímicos para as águas do rio vindo dos mais de 65 mil hectares de perímetros irrigados espalhados por toda bacia hidrográfica, que desenvolvem a prática convencional (MARQUES; WAGNER; MENEZES, 2017);
3. a ocupação de grandes espaços de água devido a exploração industrial da piscicultura que interfere na navegação dos ribeirinhos e no ambiente do recurso hídrico, os quais majoritariamente, apresentam irregularidades no ordenamento da atividade e são imigrantes de outras regiões (BARROSO, 2018);
4. os reflexos que estes fatores trazem ao meio, a exemplo do crescimento desordenado de macrófitas aquáticas como baronesa (*Eichhornia crassipes*), elódea (*Egeria densa*) e taboa (*Typha domingensis*), além de fitoplâncton cianobactéria (*Microcystis* spp., *Oscillatoria* spp. e *Cylindrospermopsis raciborskii*) (MARQUES; WAGNER; MENEZES, 2017; MASCARENHAS et al., 2013) que tanto interferem na diminuição da qualidade das águas e, conseqüentemente, na capacidade de suporte ambiental do Lago.

OS NOVOS PISCICULTORES E PISCICULTORAS FAMILIARES

Como receptores de uma política de compensação de impactos, os piscicultores familiares são remanescentes dos descendentes de atingidos pela barragem de Itaparica. Provém de um



público agropecuarista, predominantemente, jovem que precisa de alicerce socioeconômico para construir e amparar seu próprio núcleo familiar, característico da sucessão geracional no campo.

Entretanto, os limites impostos pela restrição territorial de terras agricultáveis na localidade em que foram aglomerados dificultam esta organização. Scott (2009, p. 81), abordando a realidade deste reassentamento, ratifica tal afirmação dizendo que a “integração dos filhos no trabalho no lote familiar pode ser seriamente comprometida no futuro, interrompendo a sucessão entre gerações”.

São vistos também aqueles reassentados e reassentadas, comumente passando dos 50 anos, que encontram na piscicultura uma maneira de ocupar o período ocioso, dividindo-se na pluriatividade inerente da agricultura familiar ou buscando uma atividade que seja menos suscetível às intempéries do semiárido. Este fato se contrapõe às considerações direcionadas a população com idade mais avançada, que os qualificam como insustentáveis na produção de bens e serviços dentro do espaço familiar, e os relegam a beneficiários de programas previdenciários, reduzindo sua importância na base socioeconômica da família (ASARI; TSUKAMOTO, 2015).

É notada a extensa presença do gênero feminino nas unidades de produção, moldando o empoderamento produtivo, social e econômico da mulher frente a família e sociedade, demonstrando grande aptidão pelas responsabilidades da labuta aquícola, devido a atenção e cuidado aos detalhes, propiciando maior sucesso produtivo. O fato contradiz a assimetria patriarcal presente no espaço rural alimentada pelo agronegócio, que converge à inferiorização e exclusão funcional da mulher, concentrando a gestão do agroecossistema em núcleos masculinos (CINELLI, 2013).

A participação feminina na gestão do agrossistema, dada pela piscicultura, reafirma a emancipação e liderança das mulheres, criando nova postura de produzir e viver no campo (CINELLI, 2013). Observação pertinente na dinâmica territorial, pois as “mulheres reassentadas em Itaparica não receberam nenhum destaque especial nos projetos de agrovilas” (SCOTT, 2009, p. 171).

A piscicultura contextualizada é desenvolvida na forma de condomínios produtivos, onde se admite a centralidade da família e comunidade para nortear suas ações de exploração e balizar suas necessidades produtivas alinhadas com a disponibilidade de espaço ambiental. Este artifício junta os esforços coletivos otimizando os recursos disponíveis e compartilha os resultados a partir da gestão associativa da unidade de produção (KIYOTA; PERONDI; VIEIRA, 2012).

Questões sociais em torno dos costumes, religião e outras orientações culturais também são vistas nos ambientes de produção coletiva, onde dentro dos condomínios aquícolas são tratadas democraticamente, uma vez que são criados grupos de trabalhos e equipes associados por afinidades, o que contribui para o bom relacionamento entre os integrantes do condomínio e desempenho produtivo.

A escolaridade é, predominantemente, de nível fundamental entre a população de maior idade, em que se preza pela instrução empírica fornecida pela transmissão de saberes-fazeres entre as gerações, assim como a leitura e interpretação do ambiente, as quais se pautam em decisões ponderadas. A instrução empírica é valorizada no cotidiano produtivo, pois baseia-se em condições observadas que, após a identificação de sensíveis alterações no comportamento do meio, as reflexões tendem a ser mais responsivas e céleres, em detrimento a descrições teorizadas, as quais podem estar em desacordo com a realidade ou serem ineficazes ao enfrentamento dos problemas acometimento percebidos.

Os saberes-fazeres tradicionais, culturalmente adquiridos, equilibram a utilização de tecnologias de insumos, instituído pelo agronegócio, com tecnologias de processo, dada pela inter-relação do produto-meio, e adaptam as práticas de manejo agropecuário a modelos mais sustentáveis, devido a tomada de decisões e estratégias de produção coletivas (TAMAGNO; IERMANO; SARANDON, 2018). Isto evidencia que a hibridização tecnológica é um mecanismo que permite a resistência dos produtores familiares e a resiliência dos agroecossistemas conduzidas pela lógica dos saberes-fazeres em diálogo e adaptadas ao contexto da piscicultura (TAMAGNO; IERMANO; SARANDON, 2018).

O convívio com os piscicultores e piscicultoras, dividindo as remadas do barco no trecho náutico entre as margens da gleba e as baterias de produção, demonstra que estes personagens são repletos de conhecimentos das atividades predecessoras e sempre trazem novas experiências intercambiáveis entre os membros da comunidade, conforme demonstrado nas respostas a seguir.

Preservando as identidades, o piscicultor “A”, também pescador, corrobora com o condomínio produtivo ao qual integra, com a leitura da qualidade de água a partir do comportamento apresentado pelos peixes que produz, viabilizando ações corretivas imediatas para a manutenção dos lotes. Esta interpretação é captada pela fala: “os peixes escureceram depois da ‘trovoada’ de ontem, aí eu parei de dar a ração, para vitaminar eles amanhã” (Piscicultor A, 2021), em que trovoada refere-se a chuva torrencial, a qual provoca estresse no pescado e exige a



suspensão temporária da alimentação, para evitar congestão alimentar e posterior alimentação compensatória para suprir as perdas oriundas do estresse.

A piscicultora “B”, também pescadora, contribui com seu grupo coordenando os meios administrativos da produção, definindo as necessidades de aquisição de insumos e distribuição de produtos. Destaca-se, neste sentido, uma afirmação proferida: “queremos o empréstimo do banco, que vamos povoar mês que vem, e o lote que está para sair agora não vai cobrir a ração dos peixes da Semana Santa” (Piscicultora B, 2021), referindo-se à necessidade de aporte financeiro para garantir os custos de produção advindos do aumento do lote, prevendo a maior demanda pelo pescado no período da Semana Santa católica, a acontecer no semestre imediatamente posterior ao momento de fala.

O piscicultor “C”, também agropecuarista, que conduz o cronograma da planta de produção de seu condomínio, ajustando a entrada e a saída de lotes de produção, de acordo com a demanda regional pelo produto. O exposto é percebido na assertiva: “ainda não estou preocupado com a queda na procura do peixe. A gente ainda tem dinheiro para quatro meses [...]. Só vou começar a me preocupar quando a ‘passarela’ ficar com ‘buraco’ sem vender” (Piscicultor C, 2021), relatando a possibilidade de manter o estoque nas baterias de produção – chamadas de passarelas – devido à baixa comercialização, em paralelo, a manter a renovação de novos lotes, para que se mantenha a continuidade da oferta do produto ao longo do tempo, evitando a descontinuidade nos povoamentos – nomeado de buraco.

Tais personagens são exemplos do sucesso da valorização da instrução empírica, mesmo ante a limitação do estudo formal, no espaço de produção contextualizado.

Hoffmann e Ney (2016) analisaram que a permanência escolar média do agricultor familiar, estimada em 3 anos, é cerca de metade da média nacional, o que se repete na relação de renda média, instituindo-se uma função entre os fatores, que são alçados a condicionantes estruturais da desigualdade no campo, de modo que a educação formal acaba se tornando um obstáculo à participação deste público no mercado formal e institucional, o que aprofunda os graves e persistentes problemas da desigualdade rural.

Com este entendimento, os jovens buscam a escolarização formal para romper com o condicionante estrutural da escolaridade como combate à desigualdade no campo. Estes tendem a possuir graus mais elevados de estudo formal, apresentando normalmente, o Ensino Médio, os quais compreendem e se adaptam melhor às informações técnicas compartilhadas entre piscicultores familiares e técnicos. No entanto, a euforia e o imediatismo instintivos da geração



resultam em situações que podem conturbar a condução zootécnica das plantas aquícolas, devido a inconformidades com os cronogramas de produção.

Nos casos de atores que concluíram escolaridades de níveis técnicos e superior em áreas afins, a situação de compreensão e adaptação às técnicas de manejo são exacerbadas, ao ponto de discutir ideias apropriadas a suas realidades com o técnico extensionista atuante na região. Esta realidade retorna aos produtores através de melhores condições de execução de atividade, melhores resultados de produtividade, melhor interlocução com outros personagens da cadeia de produção, além de darem maior importância à conservação local.

Os atores, qualquer que seja a identidade social à qual pertençam, fazem parte do arranjo produtivo da piscicultura como atividade fruto de uma ação compensatória e percebem que o cotidiano no qual foram subjugados passou a ser menos desafiador do ponto de vista produtivo, social e econômico, devido à coesão permitida entre a atividade aquícola e seu ambiente de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na percepção do público, a implantação de grandes barragens com a consequente submersão de territórios e o deslocamento compulsório ocasiona, após a cicatrização das feridas impostas pelo movimento de três décadas atrás, uma melhor qualidade de vida baseada no acesso a serviços públicos, urbanização regional e flexibilização socioeconômica da família, a repactuação do modelo de produção agropecuária e reprodução familiar, através das ações compensatórias aplicadas, e a restauração das relações sociais entre os munícipes.

O autoreconhecimento das mazelas infligidas pelo barramento do rio é relacionado à perda do território original, com relocação a espaços desconhecidos e ausentes de simbologias hereditárias, as quais são amenizadas após a construção e adaptação de saberes empíricos aos novos territórios.

O deslocamento compulsório é tido como um impacto negativo aos atingidos, contudo é vista a adequação aos novos espaços de reprodução com utilização dos saberes-fazeres tradicionais herdados, os quais podem ser adaptados ao território ocupado, a partir do desenvolvimento da sua noção de família-terra-trabalho, como é o caso da piscicultura.

A adoção da atividade de piscicultura pelos atingidos sob critérios contextualizados contribui com a acomodação do cotidiano comunitário, trazendo uma repercussão positiva, após os impactos sofridos pelo advento da barragem de Itaparica. A produção, aproveitamento e consumo de pescados reduz as severas e irreversíveis cicatrizes do evento de deslocamento compulsório,



devido a hibridação dos saberes-fazer herdados e a formação de novos vínculos entre as comunidades atingidas.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia literária, 2016. 264 p.

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO – CONDEPE/FIDEM. **Anuário Estatístico de Pernambuco 2016**: Contas regionais. Disponível em: <http://www.anuario.pe.gov.br/categoria/contas-regionais/contas-regionais>. Acessado em: 24 mar. 2021.

ASARI, A. Y.; TSUKAMOTO, R. Y. Jovens e idosos nas unidades de produção familiar: impasses e motivações para sua permanência no campo. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, n. 2, p. 252-269, set. 2015.

ATKINS, E. Contesting the ‘greening’ of hydropower in the Brazilian Amazon. **Political Geography**, v. 80, art. 102179, p. 1-10, jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2020.102179>

BARROSO, R. M. et al. **Dimensão socioeconômica da tilapicultura no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2018. 110 p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Curitiba: IFPR, 2011. p. 45-82.

CERNEA, M. M. For a new economics of resettlement: A sociological critique of the compensation principle. **International Social Science Journal**, v. 55, n. 175, p. 37-45, jul. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1111/1468-2451.5501004>

CINELLI, C. Movimento de mulheres camponesas: 30 anos de história na construção de novas relações. **Grifos**, Chapecó, v. 22, n. 34, p. 37-49. 2013. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v22i34/35.2467>

ERTZOGUE, M.; BUSQUETS, M. El agua es de los pueblos y no de Belo Monte: represas y pérdidas de redes de sociabilidad de las poblaciones afectadas representadas en arpilleras amazónicas. **Tabula Rasa**, v. 30, p. 109-131, jan. 2019. DOI: <https://doi.org/10.25058/20112742.n30.06>

HANNA, P. et al. The importance of cultural aspects in impact assessment and project development: reflections from a case study of a hydroelectric dam in Brazil. **Impact Assessment and Project Appraisal**, v. 34, n. 4, p. 306-318, jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/14615517.2016.1184501>

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 51-79. 2016.



KIYOTA, N.; PERONDI, M. A.; VIEIRA, J. A. N. Estratégia de sucessão geracional na agricultura familiar: o caso do condomínio Pizzolatto. **Informe Gepec**, Cascavel, v. 16, n. 1, p. 192-211. 2012. DOI: <https://doi.org/10.48075/igepec.v16i1.5581>

LETURCQ, G. Differences and similarities in impacts of hydroelectric dams between North and South of Brazil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 265-286, jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC0254R1V1922016>

LIMA, S. R. R. Barragem de Itaparica: vinte anos após o programa de reassentamento – (des)envolvimento e (des) estruturação de vidas. In: ENCONTRO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2., 2007, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2007.

MADEIRA, L. M. **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. 254 p.

MARQUES, J.; WAGNER, A.; MENEZES, L. **Barrando as Barragens**: o início do fim das hidroelétricas. Paulo Afonso-BA: Editora SABEH, 2017. 376 p.

MASCARENHAS, G.L et al. Caracterização do fitoplâncton das bacias do rio São Francisco, Moxotó e Paraíba, inseridas no projeto de integração do rio São Francisco. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 6, n. 5, p. 1050-1068. 2013. DOI: <https://doi.org/10.26848/rbfg.v6.5.p1050-1068>

PITOMBEIRA CARVALHO, G. A.; SIEBEN, A. Da ilha de São José ao Reassentamento Coletivo Baixão, em Babaçulândia (TO): efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito na Amazônia. **Cuadernos de Geografía**, v. 28, n. 1, p. 175-191, jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.15446/rcdgv28n1.73572>

RANDELL, H. The short-term impacts of development-induced displacement on wealth and subjective well-being in the Brazilian Amazon. **World Development**, v. 87, p. 385-400, nov. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.07.005>

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 23-71.

SCOTT, P. **Negociações e resistências persistentes**: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. 290 p.

SGARBI, F. de A. et al. An assessment of the socioeconomic externalities of hydropower plants in Brazil. **Energy Policy**, v. 129, p. 868-879, jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2019.02.072>

TAMAGNO, L. N.; IERMANO, M. J.; SARANDON, S. J. Los saberes y decisiones productivo-tecnológicas en la agricultura familiar pampeana: Un mecanismo de resistencia al modelo de agricultura industrial. **Mundo Agrário**, La Plata, v. 19, n. 42, p. 100.e1-100.e2, ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.24215/15155994e100>

TUNDISI, J. G.; MATSUMURA-TUNDISI, T. **Limnologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 631p.

